

Resenha Virtudes satanizadas: epistemologias africanas e outros olhares

Nélsio Gomes Correia *

ORCID iD

<https://orcid.org/0000-0003-4440-9724>

CAOMIQUE Policarpo Gomes. **Virtudes satanizadas: epistemologias africanas e outros olhares**. São Paulo, Fontenele Publicações, 2020. ISBN: 978-65-86227-52-9

Biografia: Policarpo Gomes Caomique, bacharel em Ciências da Educação pela Escola Normal Superior Tchico Té. Graduado em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e licenciado em Sociologia pela mesma instituição. Mestre em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor colocado no Liceu de São Paulo em Bissau e professor de inglês pelo centro de línguas estrangeiras, T5 *Star Events School*. Bolsista do projeto de extensão “Ensino multilíngue e a interculturalidade lusófona no Maciço de Baturité (2016-2017). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Amílcar Cabral (GEPAC) e membro do departamento dos assuntos acadêmicos da Associação dos Estudantes Guineenses na UNILAB-CE (AEGU). Bolsista do Observatório Estudantil da UNILAB (2018). E bolsista do projeto de pesquisa “O Sistema de Justiça Criminal no Maciço de Baturité/CE: a construção do inquérito policial e do processo judicial para crimes de homicídio” (2019-2020), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Integra o Grupo de Pesquisa e Extensão em Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), da UNILAB.

Esta obra do Sociólogo Policarpo Gomes Caomique é dividida em quatro (4) capítulos. No primeiro capítulo, apresenta uma reflexão que trata das consequências do contacto dos europeus com os povos africanos durante a invasão colonial em África, no qual o povo é visto como o outro. No segundo, discute a globalização e os impasses do desenvolvimento especialmente na Guiné-Bissau. No terceiro, enfatiza o processo da integração das “autoridades tradicionais de Caió no cenário político-administrativo da Guiné-Bissau”, sua contribuição na mediação de conflitos através da justiça tradicional; e no último capítulo realça a contribuição do pluralismo jurídico e as formas de resoluções de divergências internas sobre a terra na etnia Mandjaku no sector de Caió.

No início da obra, relata como o povo do continente africano foi encarado como o outro, desumanizado, subordinado e invisibilizado as suas potências e menosprezado a sua importância como ser humano. Esta prática faz parte do projeto ocidental feito para a homogeneização do universo com base nos seus interesses e dominando todas as

* Bacharel em Ciências da Educação pela Escola Normal Superior Tchico Té. Graduado em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e licenciado em Sociologia pela mesma instituição. Mestre em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

nações com povos não europeus, mormente africanos considerados incivilizados por ter a cultura diferente do ocidente. E na tentativa de apagar a história da África e sua contribuição ao mundo. Sendo considerado um continente “estagnado” e que se encontra muito distante da civilização, torna-se legítima a dominação dos seus povos e a dilapidação dos seus recursos. Engendrou-se, a partir daí, o argumento de que a invasão africana das terras africanas não constitui a imoralidade nem a perversidade, pois esse lugar é uma dádiva divina concedida aos europeus (CAOMIQUE, 2020, p. 20).

Existem inúmeras narrativas preconceituosas e racistas dos estudiosos ocidentais que observam o continente africano como um espaço vazio e os povos dominados pelas ações desumanas e demoníacas. Onde diziam que “desconheciam a justiça, moral e a imortalidade da alma”, por esta razão são tirânicos e canibais. Ademais, vivem em desordem e suas manifestações são bizarras e assustadoras sem traços culturais e civilização própria. Esta relativização cultural originou a comparação entre dois povos diferentes, em que os negros são considerados inferiores aos brancos, justificando que desconhecem “a arte e a ciência”.

Sendo assim, percebe-se que os europeus não reconheciam a história, os saberes e as invenções extraordinárias nunca antes vistos na Europa e nem na América produzidos por povos negros da África, desde o período pré-colonial. Isso não se vê apenas no Egito antigo como as histórias retratam, mas em vários países da África, cujas invenções são inúmeras e distintas que os invasores europeus não reconheciam. Além disso, as formas de governação e organizações sociais existiam antes da chegada dos europeus em África. Contudo, esse contacto contribuiu para a destruição dessas sociedades e os conhecimentos locais.

Essa dominação de caráter saber-poder possui como propósito exterminar as identidades culturais e das epistemologias dos povos colonizados em África. Aliás, o projeto colonial visa o apagamento das estruturas organizacionais desses povos e a aniquilação das práticas religiosas endógenas. Em vista disso, permitindo assim, a lavagem cerebral destes para não ficarem revoltados contra a dominação presente em todo aspecto. Dessa forma, as produções de saberes locais foram invisibilizadas e consideradas como arcaicas e exóticas. Entretanto, os governantes africanos devem financiar para incentivar os “pesquisadores nativos” a realizarem estudos sobre estas realidades, para poderem ter a autonomia na produção dos conhecimentos, atendendo as necessidades das populações locais. Sendo que é necessário começar a (re)escrever a

própria história, antes narrada pelos cientistas europeus de forma distorcida e legitimada pela ciência classista e hierarquizante dos saberes de diferentes povos. Deste modo, considerando os conhecimentos não oriundos das academias eurocêntricas como não científicos e inválidos.

Por um lado, discute o impacto da globalização e os impasses no processo do desenvolvimento em países africanos, focando no contexto guineense. Esta é apresentada como um modelo que visa permitir o progresso mútuo e regular de todas as nações interligadas por meio das trocas comerciais e da geopolítica. Também, associada a conjuntura das relações internacionais entre países em vários âmbitos. Que por vezes, os empréstimos feitos colocam muitos desses países em dívidas através da falsa promessa de desenvolvimento. No caso guineense, a disputa do poder e da hegemonia é observada nos dois blocos distintos entre CEDEAO e CPLP com interesses opostos nos países pertencentes a essas duas organizações.

Em consequência disso, compreende-se que é para mantê-las mais dependente da ajuda externa. Aliás, são responsáveis pelas consequências vividas na atualidade em países africanos. É considerada como a responsável pela continuidade do projeto colonial e da expansão do modelo do desenvolvimento eurocêntrico para estes países, com uma história, política, religião e economia distintas.

Com a intenção de ocidentalização do mundo, foram utilizadas várias estratégias, algumas destas, são a religião, economia, política e a ciência para favorecer o domínio e manter a ideia da superioridade racial para justificar a crueldade praticada em África. As contribuições e criatividade populares foram ignoradas e considerando que esses povos são incapazes e indolentes. Ainda, incompreensíveis entre si. Esses planos servem para a expansão dos saberes ocidentais, forma de governação e a permanência da dominação dos países do Sul global e apropriando dos seus recursos naturais para abastecer os mercados europeus e enriquecer principalmente os países do Norte global.

No entanto, para os europeus a natureza é separada do ser humano e serve apenas para ser explorada e extraída as riquezas para o benefício do homem e da sociedade. Porém, por parte dos africanos e outros povos não europeus, essa ideia referida anteriormente sobre a natureza é uma ilusão do homem branco europeu obcecado por riquezas e sem pensar na destruição da natureza que sustenta a vida humana. Nesta aceção, a natureza para esses povos, além de ser inseparável ao ser humano é também sagrada e não serve apenas para a exploração dos seus recursos,

contudo, é para a convivência humana e a conexão com os ancestrais num meio ambiente saudável.

Segundo a ideia de Caomique é preciso libertar da dependência externa no âmbito da produção do conhecimento. Por isso que, os pesquisadores africanos devem produzir os saberes assentados na realidade africana e com as próprias narrativas filosóficas e epistemológicas que discutem as vivências e as histórias baseadas na solidariedade recíproca. Além disso, preservar as ideologias das sociedades africanas, mas não isolá-las, mantendo sempre em diálogo com as visões e as experiências dos outros povos para a satisfação interna das necessidades de todos.

E “a cooperação internacional para o desenvolvimento”, deveria seguir esses modelos de relações entre povos supramencionados. Mas infelizmente, surgiu com outra lógica que é doar os “mais necessitados”. Isto é, os países em desenvolvimento para depois apropriar dos seus recursos naturais como parte do compromisso para a liquidação do endividamento que essas nações dependentes da ajuda externa foram submetidas pelos doadores do Norte global.

Particularmente, os países africanos foram obrigados a aderir esse sistema durante o embate ideológico entre os EUA e a URSS (Guerra Fria), em que foram implementadas várias reformas neoliberais através dos investimentos das instituições internacionais como FMI e Banco Mundial etc. Como estes modelos não foram pensados internamente, por esta razão, não impulsionaram o desenvolvimento dos países africanos. Neste cenário, a Guiné-Bissau não ficou de fora, uma vez que participou nesta corrida ao pseudo progresso.

Em seguida é abordada e analisada a incorporação do poder das “autoridades de Caio no campo político e administrativo” guineense para mediação de conflitos baseados nos direitos costumeiros. É importante ressaltar que, após a independência dos países africanos, os Estados africanos não conseguiram desvincular-se dos sistemas ocidentais. Neste caso, não consolidou, efetivamente, a ruptura com os modelos políticos, econômicos, administrativos e legislativos ocidentais, pois eles continuaram a orientar o funcionamento dos novos Estados africanos, gerando a exclusão dos sistemas endógenos de governação e a consequente ineficiência das ações do Estado (CAOMIQUE, 2020, p. 62).

Na Guiné-Bissau, desde o fim do regime colonial, o PAIGC tem controlado o sistema político, econômico e social da nação guineense. Para a implementação do

modelo mais ideal relacionado com a realidade do país, acabou por adotar os mesmos modelos que a maioria dos países africanos escolheram. Perante essa situação, estes líderes nacionais acabaram por não atender as necessidades básicas das populações nativas, já que substituíram os colonizadores para melhorar as condições de vida do povo. Em consequência disso, as autoridades tradicionais foram excluídas no sistema político-administrativo e nas tomadas de decisões para a resolução dos conflitos nas comunidades.

As autoridades tradicionais têm papéis fundamentais na manutenção dos valores democráticos. E, além do mais, são parceiros do Estado no enfrentamento dos problemas que muitas vezes o poder judicial não consegue solucionar. Estas organizações seguem os direitos costumeiros para administrar as divergências nas aldeias, onde não há a presença da justiça estatal para minimizar os confrontos entre cidadãos. A aceitação das autoridades tradicionais na Guiné-Bissau para administrar os embates entre cidadãos nas zonas rurais, permitiu a manutenção da ordem, o respeito e a conduta adequada dos indivíduos nas regiões do país. A inserção e valorização da justiça tradicional pelo Estado guineense, tem demonstrado que as autoridades comunitárias possuem capacidade para exercer esta função, igual as instâncias jurídicas estatais. Esta iniciativa venceu os estereótipos associados ao poder local.

A desestruturação dos sistemas de governação na Guiné-Bissau, por meio da imposição colonial, também aconteceu em vários países da África, em que os governadores passaram a substituir os régulos. Ou seja, é a tentativa de aniquilação dos sistemas de governação endógenos e da justiça tradicional. Todavia, tudo mudou com a aderência do multipartidarismo no país, votado e aprovado a existência de várias formações políticas na Assembleia Nacional Popular em 1991. Essa votação proporcionou a reforma do sistema político-administrativo guineense e culminou com a hegemonia do PAIGC, naquela época no país.

De outro modo, entende-se que as comunidades rurais no país, necessitam mais da existência dos poderes das autoridades tradicionais em cada povoamento, composto por diferentes grupos étnicos com seus régulos (representantes locais do povo), baseados na hierarquização, apesar de nem todos os grupos étnicos possuem régulos como por exemplo a etnia Balanta com o sistema horizontal.

Na época pré-colonial, os sistemas de governação tradicional eram descentralizados e não existia escolha das pessoas para ocuparem cargos

administrativos mediante as eleições presidenciais e legislativas como é atualmente. Mas, tudo era baseado na linhagem familiar, isto é, a escolha baseava-se de geração em geração, porque nem todos os indivíduos eram designados para governar (ser regulo), no entanto, a nomeação assentava nas normas dos direitos costumeiros de cada aldeia na época passada e até no momento atual.

Portanto, o último capítulo trata-se do pluralismo jurídico na Guiné-Bissau no qual é analisado o procedimento de resolução dos conflitos sobre a terra (propriedade), na etnia *Mandjaku*. Antes da colonização portuguesa na zona da África Ocidental, onde está situada a atual Guiné-Bissau, cada etnia já distinguia o “certo e o errado”. Aliás, existem normas que regulavam os comportamentos dos indivíduos residentes em cada povoamento, na qual cada sujeito que desviava das regras estabelecidas pelos chefes em colaboração moradores, era julgado conforme as infrações cometidas baseadas nos preceitos legitimados pela comunidade local em representação dos regulados e outros chefes de acordo com a hierarquia.

Na Guiné-Bissau, antes da chegada dos portugueses, isso já existia e até nos dias atuais acontece nas comunidades e muitas pessoas pertencentes a diferentes grupos étnicos no país, acreditam mais nas estratégias dos poderes tradicionais para resolução dos seus conflitos sobre a “propriedade” (terra). Um dos exemplos é o caso das pessoas que pertencem à etnia *Mandjaku* de Caio. Às vezes, são verificadas várias divergências frequentes no país que o sistema judicial não consegue solucionar sem o amparo das autoridades tradicionais para chegar num consenso. Assim sendo, ao analisar o “pluralismo jurídico” no país, afirma que existe diferentes métodos de resolver os conflitos, ou seja, de “prática jurídica” presentes na Guiné-Bissau, que amparam o Estado a minimizar as tensões sociais nas zonas distintas onde não é verificado a presença do poder judicial nestas localidades. Neste sentido, há dois sistemas de justiça no país, que atuam em benefício popular: a justiça estatal e a justiça tradicional.

Deste modo, o primeiro é formado por autoridades vinculadas às organizações estatais formalmente reconhecidas e responsáveis pela realização da justiça; enquanto que a segunda pertence a uma instituição informal que não tem o reconhecimento formal do Estado para aplicar as leis. Não obstante, conduz a justiça através das normas jurídicas dos direitos consuetudinários para solucionar litígios, agindo de maneira apropriada sem favorecer ou discriminar ninguém.

Por tudo o que foi mencionado acima, entende-se que é necessário o Ocidente aprender com os outros que considera incapazes e incivilizados. Quer dizer é fundamental deixar “à sua arrogância de querer ensinar aos outros o que ele não aprendeu ainda”. Enfim, para os africanos serem autônomos em vários aspectos, aponta que é preciso implementar as mudanças na forma de governação que será assentada nas experiências locais e não seguir modelos ocidentais que não são adequados ao sistema político africano. Saber negociar para evitar os riscos. Fortalecer as relações bilaterais que possibilitam as trocas comerciais nas zonas de livre comércio entre os países africanos. Criar indústrias de várias dimensões com grande porte capazes de fabricar o que o povo irá necessitar. Evitar a dependência da ajuda e financiamento das instituições financeiras internacionais como Banco Mundial, FMI entre outras.

Informações sobre a obra

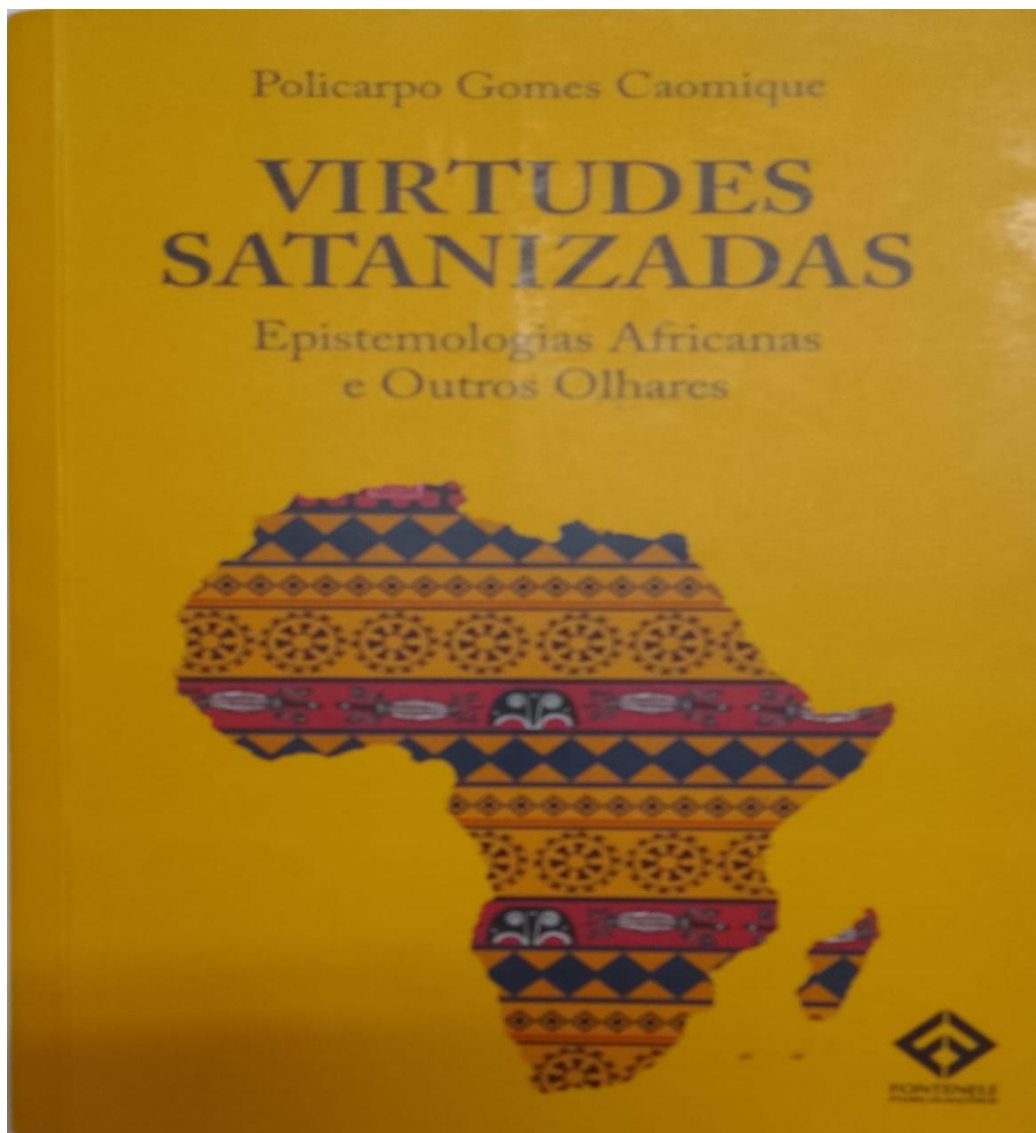
Editora : Fontenele Publicações; 1ª edição (5 outubro 2020)

Idioma: Português

Capa comum: 128 páginas

ISBN-10: 6586227526

ISBN-13: 978-6586227529



Mapa 1. Capa de “Virtudes satanizadas: epistemologias africanas e outros olhares”. 1ª Edição São Paulo, Fontenele Publicações, 2020.

Recebido em: 11/02/2023

Aceito em: 05/05/2023

Para citar este texto (ABNT): CORREIA, Nélsio Gomes. Resenha Virtudes satanizadas: epistemologias africanas e outros olhares. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº Especial I, p.364-371, mai. 2023.

Para citar este texto (APA): Correia, Nélsio Gomes (mai.2023). Resenha Virtudes satanizadas: epistemologias africanas e outros olhares. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (Especial I): 364-371.